

determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Currículo profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;
- b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;
- c) Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, obtidas nos últimos três anos;
- d) Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

8 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado Vítor Manuel dos Santos Matos, assessor da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria Teresa Lopes Lima de Barros, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.
- 2.º Licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, chefe de divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Maria da Conceição Rosado da Fonseca, técnica superior principal da Secretaria-Geral do MAOTDR.
- 2.º Licenciada Nádia de Brito Pires, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.

A presidente do júri será substituída nas suas ausências e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

11 de Julho de 2005. — O Director, *Nuno Sanchez Lacasta*.

Instituto Geográfico Português, I. P.

Despacho n.º 16 663/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Geográfico Português de 7 de Junho de 2005, com a anuência do secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 21 de Junho de 2005:

Ana Amélia Rodrigues, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — autorizada a requisição ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2005. — A Vice-Presidente, *Maria Angélica Carvalho*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 16 664/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Henrique Alberto de Moura Portugal Sobral e Maria João Pedro da Silva, inspectores principais da carreira de inspecção superior dos quadros de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas e da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, respectivamente — nomeados definitivamente, precedendo concurso, inspectores superiores da carreira de inspector superior, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 1, índice 670, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 665/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Vítor Manuel dos Santos Valadas e Maria Joaquina Dias Ramos, técnicos de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da Ex-Inspeção-Geral das Pescas e da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, respectivamente — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 2, índice 500, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 666/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Rui Manuel Léonard Baptista, técnico de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico de informática do grau 3, nível 1, da carreira de técnico de informática, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos à data do despacho, ficando posicionado no escalão 3, índice 640, com efeitos à data do despacho, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 667/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Isabel Maria Barata Abrantes Fontoura, técnica de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, com efeitos à data do despacho, ficando posicionada no escalão 2, índice 500, considerando-se exonerada da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 668/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Ana Maria Branco Lara Cardoso Fernandes Ferreira e Ana Paula Guerreiro Lamy, técnicas de informática do grau 2, nível 1, da